

O negacionismo e a desconstrução do racismo na sociedade brasileira

The negacism and the deconstruction of racism in brazilian society

El negacionismo y la deconstrucción del racismo en la sociedad brasileña

Recebido: 27/04/2022 | Revisado: 04/05/2022 | Aceito: 13/05/2022 | Publicado: 18/05/2022

Géssica de Cássia Araújo dos Santos¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0130-4447>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: gessica.cassia@hotmail.com

Resumo

O artigo propõe uma reflexão sobre um possível processo de desconstrução do racismo na sociedade brasileira. Partindo da necessidade do reconhecimento do racismo no país, vez que, a sua negação como elemento estrutural de opressão na sociedade, tem sido um argumento propositalmente levantado para deslegitimar aqueles que se propõe a fomentar esse debate. Para alcançar os objetivos, utiliza-se abordagem de tipo qualitativa, valendo-se do método de pesquisa exploratória, pela técnica bibliográfica, com base em estudos teóricos específicos sobre o tema. Serão analisados marcos históricos para compreendermos que entre o racismo e a escravidão há um elo e que não se finda com a abolição. Os acontecimentos em todo o mundo são capazes de revelar a inegável existência do racismo e suas graves consequências na atualidade. Problematizaremos ainda o que poderíamos chamar de “novas faces do racismo” visto a frequência cada vez maior de um racismo sutil e uma diminuição da forma mais explícita, o que leva a sociedade a imaginar que estamos superando o racismo, quando na realidade ele tem tomado outras formas. Essa transformação nos remete a uma análise do caminho que estamos percorrendo para que a sociedade repense sua maneira de viver com o outro e sobre a possibilidade da promoção de uma mudança na estrutura social e consequente desconstrução do fenômeno no Brasil.

Palavras-chave: Racismo; Preconceito; Relações raciais; Problemas sociais, Ensino.

Abstract

The article proposes a reflection on a possible process of deconstruction of racism in Brazilian society. Starting from the need to recognize racism in the country, since its denial as a structural element of oppression in society has been an argument purposely raised to delegitimize those who propose to foster this debate. To achieve the objectives, a qualitative approach is used, using the exploratory research method, through the bibliographic technique, based on specific theoretical studies on the subject. Historical landmarks will be analyzed to understand that there is a link between racism and slavery and that it does not end with abolition. Events around the world are capable of revealing the undeniable existence of racism and its serious consequences today. We will also problematize what we could call “new faces of racism” given the increasing frequency of subtle racism and a decrease in the most explicit form, which leads society to imagine that we are overcoming racism, when in reality it has taken over. other ways. This transformation leads us to an analysis of the path we are taking so that society rethinks its way of living with others and the possibility of promoting a change in the social structure and consequent deconstruction of the phenomenon in Brazil.

Keywords: Racism; Preconception; Race relations; Social problems, Teaching.

Resumen

El artículo propone una reflexión sobre un posible proceso de deconstrucción del racismo en la sociedad brasileña. Partiendo de la necesidad de reconocer el racismo en el país, ya que su negación como elemento estructural de la opresión en la sociedad ha sido un argumento esgrimido adrede para deslegitimar a quienes se proponen fomentar este debate. Para el logro de los objetivos se utiliza un enfoque cualitativo, utilizando el método de investigación exploratoria, a través de la técnica bibliográfica, a partir de estudios teóricos específicos sobre el tema. Se analizarán hitos históricos para comprender que existe un vínculo entre el racismo y la esclavitud y que no termina con la abolición. Los acontecimientos en todo el mundo son capaces de revelar la innegable existencia del racismo y sus graves consecuencias en la actualidad. También problematizaremos lo que podríamos llamar “nuevas caras del racismo” dada la creciente frecuencia del racismo sutil y la disminución de la forma más explícita, lo que lleva a la

¹ Mestranda em Ciências Jurídicas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, Brasil (PPGCJ/UFPB).

sociedad a imaginar que estamos superando el racismo, cuando en realidad se ha apoderado de otras formas. Esta transformación nos lleva a un análisis del camino que estamos tomando para que la sociedad repense su forma de vivir con los demás y la posibilidad de promover un cambio en la estructura social y la consecuente deconstrucción del fenómeno en Brasil.

Palabras clave: Racismo; Preconcepción; Relaciones raciales; Problemas sociales; Enseñanza.

1. Introdução

Em que pese todo o esforço despendido pelo negro desde a escravidão e suas tentativas em fazer parte do cenário social fora do papel de subserviência, é possível olhar a realidade atual e observar que, mesmo com um forte desenho de superação, é inegável que o racismo, que consiste na “forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (Almeida, 2019, p. 22), é um dos pilares das relações sociais no Brasil, e superá-lo tem sido um desafio que se mostra necessário para se ultrapassar demais problemas sociais.

Parte-se de uma compreensão histórica, porém com o intuito de não apenas analisar, mas sim de contabilizar os impactos desse desenvolvimento histórico e sociocultural ainda nos dias de hoje, e, levando-se em consideração esse contexto, compreender o regime escravocrata, como sendo um relevante momento de resistência no Brasil e no mundo, e assim entender que são diversas as formas que a escravidão tomou na atualidade, e o negro, por sua vez, vem desenvolvendo formas alternativas de resistir, de re(existir), existir de outra forma, dentro desse sistema opressor que também se redesenha; logo, “se faz necessário compreender a relação das estruturas sociais que reproduzem comportamentos racistas” (Almeida, 2018, p. 25).

O estudo se faz importante a partir do momento que se propõe expor a realidade a que o negro ainda é submetido, sendo inferiorizado e, por vezes, condicionado ao poderio branco. Ainda que se negue, os fatos são retratos da realidade. Desse modo, traçam-se alguns indicadores que demonstram a desigualdade ainda existente nesse país, para que, através da abordagem de dados, possa-se sair do lugar de percepção e entender o protagonismo negro nos piores índices sociais.

Parte da sociedade levanta o tema do racismo em pauta nacional e, assim, fomentam-se debates que podem resultar em políticas públicas efetivas de combate à desigualdade. No entanto, por outro lado, há aqueles que negam o racismo e levantam a bandeira da democracia racial. Sobre esse aspecto, Almeida (2018) ressalta que a questão do mito da democracia racial é fortemente difundida, pois serve de argumento para apontar as políticas de combate ao racismo como desnecessárias, com habituais alegações de que todas as pessoas possuem as mesmas oportunidades.

Neste artigo, pretende-se não apenas criar narrativa para mobilizar pessoas para que se obtenham mudanças efetivas, mas também promover o debate através da disponibilização de conhecimento, ciente de que parte da sociedade nega o racismo por desconhecê-lo, o que revela a importância de se retomar a temática com a frequência necessária, ou seja, sempre.

2. Metodologia

É importante destacar também o conjunto de métodos e técnicas usados para a realização desta pesquisa, ou seja, o caminho percorrido no processo de investigação, tendo em vista entender algumas particularidades oriundas das relações sociais. Na busca pelos objetivos dispostos, utiliza-se uma abordagem de tipo qualitativa, que está diretamente relacionada ao nível de reflexão que se desenvolve sobre o objeto analisado, envolvendo, portanto, um caráter subjetivo a ser explorado, qual seja, o racismo como um elemento que forma a sociedade, partindo do contexto histórico necessário para que se questione as teorias de negação, além de se meditar sobre o caminho que o Brasil tem traçado para combater esse sistema de opressão. Quanto ao seu alcance, a pesquisa é exploratória e descritiva, neste último caso, por objetivar descrever as características da relação entre o racismo e o negacionismo, proporcionando-se uma visão sobre a realidade do combate a problemática racial no país, sendo ao mesmo tempo exploratória.

Esta pesquisa é classificada ainda como bibliográfica, visto que são utilizados livros, dissertações, textos disponíveis em meios eletrônicos ou impressos, teses, artigos científicos e outras publicações, contribuindo para a construção científica da temática em questão. Assim, busca-se uma revisão narrativa, a partir de estudos específicos sobre o tema. Para tanto, buscamos aportes teóricos de Silvio Almeida (2018, 2019), em seus livros que dispõem sobre o racismo estrutural, Djamila Ribeiro (2019), a exemplo do livro intitulado *Pequeno Manual Antirracista*, que também destaca a temática levantada, Ângela Davis (2016), Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2012).

Por fim, partindo-se desse levantamento bibliográfico e dialogando com as referências que dispõem sobre o racismo, apresenta-se sua atual face no país e a necessidade de desconstrução desse fenômeno para o desenvolvimento social em todos os âmbitos, não apenas nas relações étnico-raciais.

3. Resultados e Discussão

Nesta seção, apresenta-se discussão sobre o tema, abordando-se, primeiramente, o elo entre a escravidão e o racismo, para, em seguida, tratar dos números que contrapõem a negação do racismo, e, por fim, refletir, mais especificamente, acerca da desconstrução do racismo no Brasil.

3.1 O elo entre a escravidão e o racismo

A sociedade tem dificuldade de conhecer e falar sobre os caminhos e descaminhos que a trouxeram ao contexto atual. Existe uma verdadeira resistência em desenterrar a história e visibilizá-la. No entanto, quando se debatem questões raciais, a associação com o nosso passado escravocrata é indissociável.

Em *Racismo Estrutural*, ao relacionar escravidão e racismo, Almeida (2018, p. 112) explica que “a escravidão e o racismo são elementos constitutivos tanto da modernidade, quanto do capitalismo, de tal modo que não há como desassociar um do outro”. Isso, porque há um grande paralelo quando se fala em negros morrendo escravizados em senzalas, presos dentro de um lugar no qual não poderiam sair, e de negros assassinados dentro de casa, igualmente presos dentro de uma realidade da qual também não podem sair, remetendo estes últimos à sociedade periférica e, em sua maioria negra, diariamente encurralados em operações realizadas em favelas ou ainda submetidos a condições de trabalho que remetem ao passado de submissão.

Sobre esse aspecto do racismo, dispõe Sarmiento (2008, p.60) nestes termos:

[...] apesar de condenado como “politicamente incorreto”, o racismo continua permeando as relações sociais travadas no Brasil. Um racismo muitas vezes velado, “cordial”, que raramente explode em episódios de violência física extrema, mas que nem por isso é menos insidioso. A lógica do regime escravocrata não foi de todo banida e tem refrações modernas nos elevadores de serviço e nos quartos de empregada, do tamanho de armários embutidos, presentes nas residências da classe média brasileira.

Ribeiro (2019, p. 6) também chama a atenção para a seguinte ideia: “Quando estudamos a história do Brasil, vemos como esses e outros dispositivos legais, estabelecidos durante e após a escravidão, contribuem para a manutenção da mentalidade ‘casa grande e senzala’ no país em que, nas senzalas e nos quartos de empregada, a cor foi e é negra”.

No entanto, apesar de ainda se ter que lidar com a violência corporal, com a desigualdade social e toda a representação de um passado ainda latente, é preciso ter atenção para a compreensão do fenômeno que permeia esse importante recorte da história. A relação entre o racismo e a escravidão exige o cuidado necessário, para que não se situe o racismo naquele passado arcaico e distante da realidade que se vive atualmente.

Partindo-se da abolição da escravidão no Brasil, é possível compreender os desafios e as estratégias que criaram

resistência e mudaram a história, isso, porque a emancipação dos escravos representou apenas uma liberdade formal, visto que, a partir da abolição em 1988, o povo, ainda que liberto, era impedido de entrar nas escolas, não tinha acesso ao básico, saúde, educação, trabalho, ou seja, essa liberdade foi acompanhada de medidas que negaram a cidadania plena aos negros. De acordo com Ribeiro (2019, p. 7), “no Brasil, há a ideia de que a escravidão aqui foi mais branda do que em outros lugares, o que nos impede de entender como o sistema escravocrata ainda impacta a forma como a sociedade se organiza”.

Chega-se, então, a uma parte da história que, por vezes, tenta calar as vozes dos oprimidos, através da construção de uma memória seletiva do processo de emancipação, que coloca a princesa Isabel como uma figura salvadora que presenteia o negro com a Lei Áurea. No entanto, em que pese o silêncio da história sobre as lutas pela abolição, é possível, através de registros criminais, cartas de denúncias e demais documentos e relatos, perceber que os negros desenvolveram diversas formas de resistência, sendo articuladas ou não, como fugas coletivas ou individuais, recusa em trabalhar, a execução do trabalho de forma inadequada, a criação de quilombos, a manutenção da cultura africana e até o suicídio. Para Silveira e Godoi (2019, p. 11), “muitos negros conscientes da atual situação que a sociedade os colocara se organizaram para reorganizar a comunidade negra e para distanciar o negro da condição de exclusão onde se encontrava”.

Essa memória seletiva, propositalmente desenvolvida, objetiva reajustar os cenários, dando aos personagens as narrativas mais convenientes e, assim, enfraquece a resistência dos escravos e ainda desloca a escravidão para um passado distante.

Nesse contexto, diz Ribeiro (2019, p. 5):

Quando criança, fui ensinada que a população negra havia sido escrava e ponto, como se não tivesse existido uma vida anterior nas regiões de onde essas pessoas foram tiradas à força. Disseram-me que a população negra era passiva e que “aceitou” a escravidão sem resistência. Também me contaram que a princesa Isabel havia sido sua grande redentora. No entanto, essa era a história contada do ponto de vista dos vencedores, como diz Walter Benjamin.

Colocar a escravidão nesse lugar de algo surreal e distante, remetendo a uma sociedade de atraso e incivilizada, dificulta a compreensão de que foi esse um fator capaz de determinar a estrutura da sociedade atual.

Por outra ótica, explica Almeida (2019, p. 112) que entender a relação do racismo com a escravidão exige mais do que a compreensão pelo prisma de uma herança, cabendo ressaltar a relevância de duas visões acerca dessa relação:

Sobre a relação entre escravidão e racismo, há basicamente duas explicações. A primeira parte da afirmação de que o racismo decorre das marcas deixadas pela escravidão e pelo colonialismo. Conforme este raciocínio, as sociedades contemporâneas, mesmo após o fim oficial dos regimes escravistas, permaneceriam presas a padrões mentais e institucionais escravocratas, ou seja, racistas, autoritários e violentos. Dessa forma, o racismo seria uma espécie de resquício da escravidão, uma contaminação essencial que, especialmente nos países periféricos, impediria a modernização das economias e o aparecimento de regimes democráticos. No caso dos países centrais, as marcas da escravidão poderiam ser vistas na discriminação econômica e política a que são submetidas as minorias raciais, como é o caso da população negra e latina nos Estados Unidos e dos imigrantes não brancos na Europa. Outra corrente, apesar de não negar os impactos terríveis da escravidão na formação econômica e social brasileira, dirá que as formas contemporâneas do racismo são produtos do capitalismo avançado e da racionalidade moderna, e não resquícios de um passado não superado. O racismo não é um resto da escravidão, até mesmo porque não há oposição entre modernidade/capitalismo e escravidão.

Brito (2008) também faz importante colocação sobre a relevância da construção da história e do papel que ela desempenha, ao passo em que diz que “vai ser reconstruído o que se deseja que se erga novamente, e estará fadado à morte o que não se deseja reconstruir. História e memória não são construções inocentes. Ambas podem determinar e cumprir objetivos” (Brito, 2008, p. 9).

O racismo é o reflexo de uma nova estrutura social no período pós-abolição, com inovações em suas teorias raciais,

sem, contudo, terem sido abolidas as antigas formas de racismo.

As violências corporais, em suas mais variadas formas, são práticas que remetem ao passado. Porém, um passado ainda presente, o que torna a violência uma característica comum entre o racismo e a escravidão. São diversas as formas de atualização do racismo, mas a violência contra a população negra ainda se mostra inerente ao contexto social brasileiro, sendo uma prática comum, seja ela a própria violência física ou aquelas práticas que violam os direitos do ser humano e que podem ser demonstradas através dos indicadores sociais.

3.2 Os números que contrapõem a negação do racismo

As formas de racismo atualizam e distanciam-se do regime de exploração escravocrata, não significando a negação da sua origem, mas sim a afirmação de que, apesar da abolição, o racismo tem-se perpetuado por séculos.

O racismo segue, apesar das narrativas que insistem através da disseminação de um discurso propositalmente equivocado, sem validação ou experiência histórica em promover a negação da história através da simplificação da linguagem, reduzindo uma luta que vem sendo travada desde o passado escravocrata a expressões como “mimimi”, que desloca as problematizações para o campo de visão de mera vitimização, relativizando e diminuindo a bandeira do combate ao racismo e ignorando assim a atualidade do instituto do racismo, que estrutura e mantém a sociedade intencionalmente desigual.

Para Almeida (2019, p. 51), “no Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance”.

O autor ainda discorre sobre três diferentes expressões do racismo, as quais se resumem em: estrutural, institucional e interpessoal, e dessa forma revela como os pensamentos avançaram de uma forma de racismo para outra, chamando a atenção para o seguinte fato:

A concepção individualista, por ser frágil e limitada, tem sido a base de análises sobre o racismo absolutamente carentes de história e de reflexão sobre seus efeitos concretos. É uma concepção que insiste em flutuar sobre uma fraseologia moralista inconsequente - “racismo é errado”, “somos todos humanos”, “como se pode ser racista em pleno século XXI?”, “tenho amigos negros”, etc - e uma obsessão pela legalidade. (Almeida, 2019, p. 25).

Pode-se permitir afirmar com clareza que a sociedade moderna é racista e forma o que se chama de racismo estrutural, o qual se mostra como condição para o sustento da realidade social capitalista.

Sobre racismo estrutural, dispõe Almeida (2019, p. 33) nestes termos:

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas.

Volta-se a atenção para os lugares de destaque e percebe-se um espaço predominantemente branco, seja no âmbito privado, no público e até mesmo na academia, no último caso, levando a refletir acerca dos pesquisadores negros de que se tem conhecimento e suas importantes contribuições intelectuais.

Passa-se, então, a uma análise dos recortes raciais: negros e negras correspondem a 56,10% da população, sendo este o percentual de pessoas que se declaram negras no Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

(PNAD). A soma de pretos e pardos que resultam neste percentual, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019b), indicam que estes compõem a maioria da população brasileira. Em que pese a superioridade indicada, os negros aparecem em desvantagem social e desproporção de representatividade nos âmbitos políticos, jurídicos, econômicos, acadêmicos e muitos outros, aparecendo como protagonistas apenas nos piores índices sociais.

“Os homens brancos são maioria nos espaços de poder” (Ribeiro, 2019). O estudo sobre Desigualdades Sociais por Cor ou Raça, publicado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019a), revelou que 68,6% dos cargos gerenciais, no Brasil, são ocupados por brancos, ao passo que apenas 29,9% deles são ocupados por pretos ou pardos. Sobre esses dados iniciais, cabe a seguinte colocação de Ribeiro (2019, p. 16):

Se a população negra é a maioria no país, quase 56%, o que torna o Brasil a maior nação negra fora da África, a ausência de pessoas negras em espaços de poder deveria ser algo chocante. Portanto, uma pessoa branca deve pensar seu lugar de modo que entenda os privilégios que acompanham a sua cor. Isso é importante para que privilégios não sejam naturalizados ou considerados apenas esforço próprio.

No Brasil, os casos de homicídio de pessoas negras (pretas e pardas) aumentaram 11,5% em uma década, de acordo com o Atlas da Violência 2020, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2020). Ao mesmo tempo, entre 2008 e 2018, período avaliado, a taxa entre não negros (brancos, amarelos e indígenas) fez o caminho inverso, apresentando queda de 12,9%.

Os dados econômicos, por sua vez, demonstram que os autodeclarados negros também ocupam a parte com menor renda, refletindo a desigualdade social e permitindo essa relação direta do social com o racial, a ponto de apurar que, entre as pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, 15,4% são brancos e 32,9% são pretos ou pardos.

A raça é um comportamento importante para se entender a questão de acesso à educação. Os indicadores no âmbito educacional demonstram que, conforme se ascende na escala da educação, ocorre uma regressão no número de pessoas negras presentes. De acordo com o informe da ONU de 2014, a chance de um negro ser analfabeto é cinco vezes maior que a de um branco, e ainda informa que, em cada quatro pessoas com nível superior, apenas uma é negra.

Sobre esses dados, cabe a seguinte consideração de Almeida (2019, p. 120): “achar que no Brasil não há conflitos raciais diante da realidade violenta e desigual que nos é apresentada cotidianamente beira o delírio, a perversidade ou a mais absoluta má-fé”.

Ribeiro (2019, p. 22) faz ainda o seguinte esclarecimento: “Por causa do racismo estrutural, a população negra tem menos condições de acesso a uma educação de qualidade”. São diversos os obstáculos enfrentados pelo negro até que se chegue à escola, sendo experimentado em todos os níveis educacionais, passando pelas barreiras existentes até chegar à escola, seja deslocamento, incentivo, condições mínimas de vestimenta, alimentação precária que torna deficitária a aprendizagem, dentre outros. Inserido no sistema de ensino, o desafio é se manter no ambiente racista e que vai tentar das mais variadas formas induzir o aluno negro ao erro de achar que aquele não é o seu lugar. O próprio professor, por vezes, acostumado com a evasão dos negros, desenvolve uma relação com o aluno na perspectiva de desistência. A partir desse contexto, convém a seguinte colocação de Silva e Boakari (2021, p. 6):

Assim, a escola precisa ser pensada como determinado lócus, que além da produção de conhecimento produz subjetividades. É nela que construiremos ou desconstruiremos estereótipos e relações mais igualitárias, partindo de um pressuposto, não de negar as diferenças, mas na intenção de valorizá-las combatendo as práticas discriminatórias. É o ato performativo, ou seja, a própria existência do corpo naquele contexto que contribuirá exaustivamente para a construção dessa autoimagem no espaço escolar.

Em que pese todos esses indicadores, há uma tendência para comumente ser convencido de que o preconceito é em

razão da condição social, e alimentado pela ideia de que a educação liberta da pobreza o pequeno número que consegue superar todos os obstáculos travados na trajetória e chega ao lugar onde poucos conseguem, ou seja, uma formação superior, um mestrado ou doutorado são capazes de provar que a questão é racial. Isso, porque continuam sendo tratados da mesma forma, pois a sua cor ainda os define como homens negros; logo, tendo superado o caminho da educação, caberá ainda superar o mercado de trabalho.

Dentro do mercado de trabalho, há uma tendência que coloca homens brancos no topo da pirâmide e mulheres negras em sua base; é o que mostra um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2017), intitulado Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - 1995 a 2015. Sobre a perspectiva dos negros no mercado de trabalho, cabe a colocação de (Brito, 2016) que afirma que o favorecimento de certos grupos sociais na hora de empregar indivíduos é uma forma de propagar a desigualdade do país.

Ainda em relação ao mercado de trabalho, conforme dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019), em estudo intitulado Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, apurou-se uma taxa de subutilização de 18,8% entre brancos, contra 29% entre pretos e pardos; insta esclarecer que a subutilização se refere ao índice de preterimento do trabalhador no acesso aos postos de trabalho, que ocorre mesmo quando são cumpridos os requisitos de capacitação e qualificação exigidos para os cargos.

E, nesse cenário, percebe-se que as qualificações chegam depois da cor, revelando a desvantagem do negro em relação ao branco no mercado, levando a entender que o bloqueio não é apenas na evasão escolar ou como a escola trata o negro: os números vão além e mostram que alguns estão morrendo, outros estão sendo devorados por subempregos, outros encarcerados, outros encurralados por uma estrutura social que lhes aprisiona a uma condição de miserabilidade.

Desse modo, analisando o cenário, compreende-se que os direitos básicos nunca foram garantidos. A desigualdade racial por gerações vem sendo negligenciada, seja no âmbito privado ou público. No último caso, as políticas públicas efetivas demandam investimento público, e isso se faz no campo da decisão política. No entanto, de acordo com o estudo mencionado acima, apenas 4% dos congressistas são negros, o que revela que o poder sempre esteve na mão de determinada classe, sendo esta a classe branca.

São dados isolados, mas que permitem a correlação capaz de fazer concluir que o racismo no país é estrutural e institucionalizado e que permeia todas as áreas da vida. E que ainda são tímidos os avanços nos indicadores socioeconômicos da população negra, o que revela uma urgência nas ações afirmativas de caráter amplo, objetivando a igualdade racial no país.

3.3 A desconstrução do racismo no Brasil

Os dados evidenciam a necessidade urgente de um processo de desconstrução efetiva do racismo no país e consequente combate às desigualdades raciais. Apesar do discurso enganoso, que tenta negar a discriminação racial e o preconceito no país, comumente se vê o racismo se manifestando no dia a dia da vida social brasileira, podendo ser de forma escancarada ou ainda silenciosa. O fato é que há diferença de tratamento partindo de todas as áreas da sociedade.

E na tentativa de minimizar esse retrato de desigualdade, surgem as políticas públicas, a exemplo da política de ações afirmativas, que, por sua vez, tem um importante papel, ao passo que permite ao negro o ingresso nesse universo antes não visitado, seja no nível superior de ensino ou ainda nos concursos públicos, “cujo objetivo é, a grosso modo, aumentar a representatividade de minorais raciais e alterar a lógica discriminatória dos processos institucionais” (Almeida, 2019, p. 28). Insta ainda ressaltar que no âmbito privado também se tem desenvolvido dentro de duas corporações campanhas de promoção de negros, por vezes, motivadas pelo combate à desigualdade ou apenas visando ao lucro que poderá ser obtido através do levantamento de uma bandeira.

Ocorre que o negro, há séculos e séculos, vive momentos delicados, e qualquer iniciativa, visando combater o preconceito e a discriminação é imprescindível, visto que a sociedade ainda opera uma política de morte de negros e periféricos. Em que pese todo o esforço e resistência no sentido de alertar que “Vidas negras importam”, os negros ainda são mortos, torturados e sequestrados em razão da cor da sua pele; o abandono das periferias pelo Estado é evidente, e as políticas de assistência não suprem as urgentes demandas. São séculos de violência que se perpetuam, de modo que o homem negro desenvolveu experiências e conhecimentos de resistência que os fizeram passar pela escravidão, mas continuam experimentando a violência; logo, tem-se pressa, pois o negro tem pressa para viver, para se manter vivo, para ser escutado, para ter acesso a lugares.

Sabe-se que tirar o negro da invisibilidade e colocá-lo no mesmo lugar dos brancos é um trabalho árduo e que se mostra lento. No entanto, observando-se o extrato social, quando se falam sobre racismo, trata-se da realidade de mais de 50% da população. Desse modo, a pauta racial precisa estar em primeiro lugar ou não se avançará enquanto sociedade, pois só se resolverão problemas econômicos, sociais, culturais, quando se perceber que existem povos que foram tratados diferentes ao longo da história e devem ser reconhecidos como diferentes.

No entanto, tem-se uma estrutura em que um grupo dominante cria uma situação em que o grupo dominado vai ser sempre subjugado e colocado em condição de inferioridade, e nela se percebe que a raça dominante, para manter a estrutura, terá de fazer concessões (Almeida, 2019), mas não a ponto de se atingir a condição de igualdade, e essas concessões são eficientes para a estrutura racista, pois a presença de um sujeito negro em espaços “reservados” ao branco gera a sensação de que não existe mais racismo, já que um negro foi capaz de chegar em determinada posição, mas o inverso mostra a necessidade de um questionamento que vai além: porque apenas um ou poucos negros neste contexto social? Além desse questionamento, cabe também esclarecer que “ainda que essencial, a mera presença de pessoas negras e outras minorias em espaços de poder e decisão não significa que a instituição deixará de atuar de forma racista”. (Almeida, 2019, p. 32).

Dentro das estruturas de opressão, renda e cultura, são duas engrenagens que se retroalimentam e reforçam essas posições de exclusão: negros não têm acesso e, por isso, são marginalizados e estereotipados; são estereotipados e marginalizados e, por isso, não têm acesso e, dessa forma, perpetua-se a exclusão; logo, o negro no Brasil é duplamente discriminado, pela cor da sua pele e pela sua condição social.

No entanto, mesmo com todas as forças contrárias, observa-se que os negros estão se inserindo de forma cada vez mais efetiva na sociedade brasileira, seja exigindo os seus direitos ou ainda participando da transformação da sociedade, seja culturalmente, politicamente e socialmente, mesmo que ainda se esteja distante de uma igualdade racial.

A realidade é que a sociedade historicamente racista não tem se permitido ver o negro alcançando lugares de destaque no Brasil e no mundo. Inseridos nessa realidade tecnológica que permite uma relação ampla com diversas pessoas e de diferentes culturas, é cada vez mais frequente se deparar com ofensas de cunho racial. É o racismo encontrando uma nova forma de se mostrar e camuflado pelas telas de um computador ou *smartphone* e pela ilusória sensação de impunidade.

A superação dessa desigualdade e liberdade racial, portanto, passa por políticas públicas de ações afirmativas de caráter amplo, que promovam o acesso dos negros aos espaços de poder, mas, igualmente relevante, é uma mudança cultural que possibilite ao negro ser visto através da ótica do respeito. De acordo com Ribeiro (2019, p. 22), “embora as desigualdades nas oportunidades para negros e brancos ainda sejam enormes, políticas públicas mostraram que têm potencial transformador na área”. Não é, necessariamente, política de cotas. Pode haver, também, a divulgação de vagas de trabalho para públicos específicos e demais iniciativas.

Sobre as políticas públicas e sua eficácia social, Costa Neto (2021, p. 12), vai dispor que

Por esse motivo, ao negar a participação dos órgãos de promoção da igualdade racial, com ausência de proposta de

mudanças de seus operadores reflete no seu esvaziamento como órgão de política de igualdade racial. Nesse caso, necessária a participação obrigatória e permanente em todas as fases do ciclo da política pública. Dessa forma, produzir dados capazes de refletir as políticas de combate ao racismo para promover eficácia social.

A superação deve passar também por esse lugar da liberdade de crença, pelo combate à intolerância religiosa, em razão dessa rejeição das religiões afrodescendentes, da cultura afro em geral, que, por desconhecimento, acaba por associar as religiões de matriz afro-brasileira e toda sua cultura a coisas negativas, visto que se atribui o sentido pejorativo ao que vem do negro e positivo ao que vem do branco.

Enfrentar a questão racial exige conhecimento; a sociedade precisa conhecer, entender as motivações. O conhecimento, o acesso à informação e a conscientização são fundamentais neste processo de desconstrução do racismo em todas as suas formas. Sobre esse aspecto, dispõe Ribeiro (2019, p. 12) que “essa divisão social existe há séculos, e é exatamente a falta de reflexão sobre o tema que constituiu uma das bases para a perpetuação do sistema de discriminação racial”.

Há um longo caminho para a obtenção de uma sociedade realmente igualitária e livre de preconceitos, visto que ainda é forte a política de embranquecimento, e está se reproduz, cabendo um debate sempre ativo, visto que, quando não se fala sobre o assunto, remete-se a uma inexistência, o que fortalece ainda mais a ideia de racismo, de modo que, enquanto sociedade, o assunto deve colocado em pauta nacional com a frequência necessária para possibilitar os avanços e, acima de tudo, não permitir os retrocessos.

4. Considerações Finais

Primeiramente, é importante reafirmar que o processo de desconstrução do racismo convida a sociedade para grandes mudanças em toda a sua estrutural social. O Brasil tem uma cultura forte de estereótipos e, na atualidade, pode-se perceber o impacto negativo da escravidão e da colonização, que resultou em grandes e negativas consequências para a população afro-brasileira, revelando uma sociedade com profundas marcas das desigualdades que foram delineadas ao longo da história. Como coloca Ribeiro (2019, p. 9): “É verdade que o Brasil é diferente, mas nada é mais equivocado do que concluir que por isso não somos um país racista”.

O combate ao racismo ainda é um grande desafio tanto para o Estado quanto para os entes não governamentais. Pelas dificuldades e pouca evolução da pauta, percebe-se que o processo se mostra lento. Porém, os indicadores sociais com recortes em raça e cor revelam que a população negra tem pressa.

Vive-se em um mundo de disputa; são diversas as barreiras que a pessoa negra irá enfrentar ao longo da vida, que irão reduzi-la a um espaço que se retroalimenta, com todas as circunstâncias a levando para a permanência naquele espaço e inviabilizando a sua mobilidade social.

Os desafios para a desconstrução dessa realidade racista caminham em um viés com raízes profundas na mente e no cotidiano das pessoas e ainda na necessidade de identificação dessas manifestações racistas, por vezes, naturalizadas. O desafio, portanto, é atacar o racismo no sistema que dele se alimenta, ou seja, além de se combater o problema na sua execução, precisa-se atingir o cerne da questão, ou seja, aquilo que mantém as organizações vivas e racistas.

Por fim, é importante expor a necessidade de retomada frequente na pauta racial, através de pesquisas, debates e manifestações capazes de gerar reflexões sobre esse problema social e, assim, promover a desconstrução do preconceito nas relações humanas. A criação de leis de combate à discriminação racial e ao preconceito no Brasil é necessária, mas não se pode ignorar o desenvolvimento da conscientização, visto que a educação é um instrumento capaz de proporcionar o esclarecimento necessário para que se compreenda o sistema opressor que privilegia determinada camada social e, ainda, que existe um

componente racial nas dificuldades enfrentadas pela população negra, visto que, se alguém não enxerga que existem estruturas de poder que excluem o negro, esta pessoa não fará nada para mudar isso.

Referências

- Almeida, S. L. (2018). *O que é racismo estrutural?* Letramento.
- Almeida, S. L. (2019). *Racismo Estrutural*. Coordenação de Djamila Ribeiro. Pólen. (Coleção: Feminismos Plurais).
- Brito, C. E. de. (2008). Escrivências da afro-brasilidade: história e memória. *Releitura*, (23).
- Brito, C. E. de. (2016). Mulher negra em terra de homem branco: mecanismos de reprodução de desigualdades. In: Carrieri, A. de P., Teixeira, J. C., Nascimento, M. C. R. (eds.). *Gênero e trabalho: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais*. EDUFBA.
- Costa Neto, A. G. da. (2021) Racismo e Antirracismo: multiculturalismo e transversalidade na Educação da América Latina. *Research, Society and Development*, 10(11), e243101119662. 10.33448/rsd-v10i11.19662. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19662>.
- Davis, A. (2016). Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani. Boitempo.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019a). *Informativo IBGE sobre Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. IBGE. (Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica, 41).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019b). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. IBGE. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019c). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE. (Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica). https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2020). *Atlas da violência 2020*. Brasília/DF: IPEA; FBSP. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2017). *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - 1995 a 2015*. Brasília/DF: IPEA. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_g_enero_raca.pdf.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2018). *Atlas da violência 2017*. Brasília/DF: IPEA. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002006000100007&lng=en &nrm=isso.
- ONU. Década Internacional de Afrodescendentes 2015 – 2014: reconhecimento, justiça, desenvolvimento, 2014. Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/05/WEB_BookletDecadaAfro_portugues.pdf.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento. (Coleção: Feminismos Plurais).
- Ribeiro, D. (2019). *Pequeno Manual Antirracista*. Companhia das Letras.
- Roque, T., Bruno, F. (18 nov. 2018). A natureza da desinformação. *Folha de S. Paulo*, Ilustríssima, p. 6.
- Sarmento, D. (2008). Direito Constitucional e Igualdade Étnico-Racial. In: Souza, D. M., & Piovesan, F. (coord.). *Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-Racial*. Lumen Juris.
- Silva, D. N. (2018?). Tráfico Negro. *Brasil Escola*. Recuperado de <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/trafico-negro.html>.
- Silva, K. dos S.; Boakari, F. M. (2021) O corpo afrodescendente e a escola: narrativas pessoais como possibilidades de superação do racismo. *Research, Society and Development*, 10(12). e186101219998. 10.33448/rsd-v10i12.19998. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19998>.
- Silveira, M. D. da, & Godoi, M. M. de. (2019). Escravidão, Resistência e Abolição. *Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF*, 17(1), 118-132. (Dossiê 130 anos de abolição da escravatura no Brasil: história, conflitos e resistências). <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/9507>.